

RESENHA

MUÑIZ, Arlette Pichardo. **Evaluación del impacto social: el valor de lo humano ante la crisis y el ajuste**. 2. ed. Buenos Aires: Lumen Hvmanitas, 1997.

Valéria Ferreira Santos de Almada Lima
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Arlette Pichardo Muñiz - nasceu em Santo Domingo de Guzmán, capital da República Dominicana, em 1957. Graduiu-se no curso de Licenciatura em Sociologia e recebeu o título de Magister Scientiarum em Planificação Social, atuando, em 1997, ano da publicação desta obra, como Diretora Geral do Centro Internacional de Política Econômica. É autora dos livros *Planificación y Programación Social: bases para el diagnóstico y la formulación de programas y proyectos sociales* e *Evaluación del Impacto Social: el valor de lo humano ante la crisis y el ajuste* (1ª Edição), ambos publicados pela Editora Lumen Hvmanitas de Buenos Aires. Além destes, publicou também numerosos artigos científicos e trabalhos técnicos sobre o tema de interesse da obra em estudo. O contexto sócio-histórico em que se inspirou a nossa autora no desenvolvimento desta obra é marcado pelo impacto social negativo do conjunto de políticas de estabilização e programas de ajuste estrutural, de inspiração neoliberal, implementados nos países da América latina e Caribe em resposta à crise econômica que atingiu a região, sobretudo a partir dos anos 1980. É, portanto, nesse contexto que se impõe, segundo a autora, a necessidade de assumir a responsabilidade histórica de “construir o futuro”, mediante a discussão séria e sistemática dos processos de desenvolvimento humano, com o propósito de incorporar a “revalorização do social”, ou seja, “resgatar a dimensão humana do desenvolvimento”. Para tanto, o livro parte do pressuposto de que é também necessário colocar no centro dessa agenda de discussão o entendimento e a prática da avaliação como uma “atitude ante a vida e ante as coisas”, que permita interpretar os limites e as possibilidades do desenvolvimento, com vistas a avançar na tarefa de “construir o futuro”. Particularmente no que se refere à avaliação do impacto social, a ideia central é a de que esta deve ser concebida como uma função ético-filosófica, ligada a uma concepção de mundo que busca resgatar “o ser humano como centro do universo”. Assim sendo, a autora assume a noção de impacto social não como um simples critério de avaliação ex-post, mas, sim, como “uma perspectiva teórico-metodológica para avaliar programas e projetos (sociais ou não)”. É, sobretudo, aí que reside o caráter inovador e fecundo da contribuição aportada por esta obra ao campo da avaliação de políticas públicas.

Quatro partes compõem a estrutura da obra aqui em estudo: “Evaluación del Impacto Social”, “Bases para la Construcción de un Modelo de Evaluación Social”, “Hacia la Elaboración de un Modelo para Evaluar el Impacto Social” e “Criterios y Procedimientos para Evaluar el Impacto Social”. Tais partes se subdividem, respectivamente, em três, dois e quatro capítulos, sendo antecedidas por uma introdução. O conteúdo da exposição contempla, na introdução, uma breve indicação do contexto em que se inscreve a obra, dos pressupostos teórico-metodológicos em que se fundamenta a autora em toda sua abordagem sobre a avaliação do impacto social e da estrutura e conteúdo do livro, finalizando com os créditos atribuídos às pessoas e instituições que contribuíram para o desenvolvimento e publicação deste trabalho.

A primeira parte do livro é dedicada a uma análise mais aprofundada do contexto histórico e teórico em que se inscreve a abordagem proposta de avaliação do impacto social, contexto este já brevemente indicado na introdução. No que se refere ao contexto histórico, o capítulo I faz um resgate para situar a emergência e o desenvolvimento da avaliação no âmbito da América Latina e Caribe. Assim sendo, inicia pelo Estado de Bem-Estar Social e sua manifestação concreta na região, expressa no “assistencialismo social” que caracterizou o período compreendido entre 1930 e 1960, no bojo do modelo desenvolvimentista de caráter nacional populista, até chegar à crise econômica com as consequentes políticas de estabilização e programas de ajuste estrutural dos anos 1980 e 1990. Ainda compõem esta primeira parte os capítulos II e III, os quais são dedicados à análise do contexto teórico em que se inscreve a obra em apreço. Assim sendo, partindo do pressuposto de que a avaliação do impacto social, na perspectiva defendida pela autora, não pode desconsiderar os critérios e indicadores que têm sido desenvolvidos no seio dos enfoques de avaliação mais conhecidos e utilizados, o capítulo II expõe os fundamentos destes enfoques para dar suporte à discussão desenvolvida no capítulo III. Esta é dedicada especificamente à construção de um enfoque teórico-metodológico de avaliação do impacto social, definindo este último para além de um simples critério de avaliação, mas como um enfoque síntese, que recupera aspectos interessantes dos outros enfoques. Este capítulo traz, ainda, como contribuição para o debate, a análise de alguns desafios para superar os limites que incidem na avaliação do impacto social, especialmente no que se refere aos problemas fundamentais que se apresentam na sua medição. Neste particular, destaca que é necessário discernir o que é importante medir para os propósitos do impacto social buscado, devendo a medição orientar-se, na medida do possível, também aos processos e não somente aos resultados, numa perspectiva de avaliação compreensiva. O capítulo

finaliza com a construção de uma didática e útil tipologia de impactos sociais, recomendável para o exercício teórico e prático da avaliação.

Na segunda parte da obra, são apresentadas as bases para a construção de um modelo de avaliação do impacto social. Para tanto, o capítulo IV aborda, em termos conceituais, o significado da avaliação do impacto social, transcendendo o aspecto normativo que permeia a concepção convencional de avaliação, para entendê-la como uma atitude diante da vida e das coisas e um instrumento para construir o futuro. Além disso, situa a avaliação como parte integrante e central da intervenção planejada, sendo esta última concebida para além da definição de normas, fixação de objetivos e alocação de recursos, mas como transformação progressiva da situação inicial para criar condições que favoreçam a execução de ações capazes de conduzir ao alcance da imagem-objetivo buscada. Nesse sentido, o papel a ser desempenhado pela avaliação seria determinar o grau em que as situações logradas ou por lograr implicam um avanço da situação inicial diagnosticada para a situação desejada postulada como imagem-objetivo. Portanto, a avaliação é vista como um componente, com dinâmica e vida própria, dentro do processo de intervenção planejada. Esta segunda parte da obra é ainda integrada pelos capítulos V e VI. No capítulo V são abordadas as premissas básicas para a avaliação do impacto social, compreendendo os seguintes aspectos: os requisitos de validade, confiabilidade, praticabilidade, objetividade e oportunidade que deve cumprir; as formas que pode assumir, segundo a procedência de quem participa do //processo avaliativo (externa, interna, mista, autoavaliação e avaliação participante); a natureza da avaliação segundo os fins a que se propõe (exploratória-descritiva e analítica); e os momentos em que pode se realizar a avaliação do impacto social (avaliação ex-ante, avaliação concorrente e avaliação ex-post). Vale ressaltar que é neste capítulo que já aparece a opção clara da autora pelo pensamento dialético, especialmente quando discute a questão da objetividade científica.

De fato, segundo a autora, “A objetividade do cientista não pode consistir em que este se subtraia de sua condição de ser social, ou em uma aspiração de prescindir de uma concepção de mundo, com seus interesses e valores.” (p. 174).

Em seguida, complementa:

A objetividade científica radica no propósito consciente e rigoroso de reproduzir o real nos objetos teóricos. Por isso a maior aproximação ao objetivo está presente no pensamento dialético, que pretende captar sem dogmatismo a essência do real e não as construções que, a pretexto de não contaminar-se de subjetividade, pretendem ater-

se somente a fatos observáveis ou a formalizações históricas. (p. 174).

O capítulo VI, por seu turno, analisa os principais problemas que afetam o desenvolvimento dos processos avaliativos, particularmente os relacionados mais diretamente à avaliação do impacto social, destacando os seguintes: problemas atitudinais, como o personalismo e a resistência dos dirigentes; a falta de clareza e precisão para definir a situação desejada buscada; deficiências nos registros de informações e na construção de sistemas de indicadores; dificuldades operacionais relacionadas ao custo dos processos avaliativos; estratégias para envolver os destinatários na avaliação do impacto social; problemas epistemológicos e problemas metodológicos que dificultam a avaliação do impacto social.

A terceira parte do livro é dedicada à elaboração de um modelo para avaliar o impacto social, centrando-se mais especificamente na construção do objeto e na estratégia metodológica da avaliação. No que se refere à construção do objeto, abordada no capítulo VII, a autora destaca que a sua importância reside “na possibilidade de elaborar uma estrutura teórica de explicação lógica que se constitua no norte do processo avaliativo”. Assim sendo, distingue três componentes nessa estrutura lógica, os quais estão inter-relacionados entre si: a elaboração teórico-conceitual do problema, a formulação hipotética do problema e a operacionalização do problema por avaliar, ou seja, torná-lo acessível à experiência investigativa-avaliativa. Dentre os problemas epistemológicos que se apresentam na construção do objeto são ressaltados os seguintes: que a investigação social nem sempre pode lograr a neutralidade axiológica ou ideológica e que nem sempre pode reproduzir os procedimentos das ciências exatas ou assumir uma forma experimental. Ademais, a autora aponta como um dos maiores desafios metodológicos para a avaliação do impacto social a questão da atribuição. Isto porque considera que os fenômenos sociais obedecem a múltiplos condicionantes e determinantes, tornando inaplicáveis os enfoques unicausais, sendo mais recomendados os métodos comparativos entre períodos históricos, entre situações e entre políticas, programas ou projetos com conteúdos similares.

Este capítulo finaliza com a apresentação de um quadro contendo as dimensões que devem ser consideradas na avaliação do impacto social de uma política, estabelecendo uma complexa rede de causalidade. De fato, coerentemente com a perspectiva compreensiva e analítica de avaliação assumida pela autora, são incorporadas como dimensões importantes, para além das mudanças observadas nos destinatários, no nível institucional ou no conjunto do meio social, aspectos relacionados aos momentos da formulação e da implementação da

política e sua vinculação com os resultados obtidos. No que se refere à estratégia metodológica para avaliar o impacto social, abordada no capítulo VIII, a autora destaca três momentos no seu desenvolvimento, os quais se articulam e interagem em função do grau de conhecimento que se vá adquirindo da realidade: o desenho da avaliação, a análise avaliativa e a tomada de decisões. Particularmente no tocante ao desenho da avaliação, aborda os critérios gerais que devem orientar os diferentes tipos de avaliação do impacto social, conforme o momento em que se realiza (ex-ante, concorrente e ex-post), bem como os indicadores, as fontes de informação e técnicas e instrumentos de coleta de dados e informações. No que tange ao momento da análise avaliativa, são enfocadas as principais técnicas de registro e processamento das informações, bem como os modelos utilizados para a interpretação dos fatos sociais observados, quais sejam: o modelo experimental clássico, os modelos quase-experimentais e os modelos não-experimentais. O capítulo finaliza com considerações acerca dos desafios a serem enfrentados no momento da tomada de decisões que implica em identificar, propor e incorporar as medidas preventivas e corretivas como resultado do processo avaliativo.

Na quarta e última parte da obra, os capítulos IX, X e XI são dedicados, respectivamente, a uma análise mais detalhada dos critérios e procedimentos específicos para avaliar o impacto social em cada um dos tipos de avaliação, quais sejam, avaliação ex-ante, avaliação concorrente e avaliação ex-post do impacto social. Por fim, o livro se encerra com o capítulo XII, destinado a tecer considerações bastante úteis sobre a apresentação dos informes avaliativos, destacando-se dentre estas o seu significado real, sua utilidade, tipos, natureza e conteúdos a serem contemplados. Isto posto, a obra em estudo traz uma contribuição importante e bastante fecunda para o debate teórico-metodológico e para o exercício prático no campo da avaliação de políticas públicas, mais particularmente no tocante à avaliação do impacto social, ao apresentar um enfoque de cunho analítico e compreensivo, que supera os limites dos enfoques convencionais, assumindo explicitamente uma perspectiva crítico-dialética.

Valéria Ferreira Santos de Almada Lima

Economista

Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Professora do Curso de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

E-mail: neval@elo.com.br

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Cidade Universitária, Av. dos Portugueses, 1966,
Baganga, São Luís – MA

CEP: 65080-805